



Em  Sociedade

# FEMINISMOS, SEXUALIDADES E ESPAÇOS URBANOS DE RESISTÊNCIA

*Laila Sabrina Shams<sup>1</sup>  
Marina Grandi Giongo<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup>Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Especialização em andamento em Gestão Financeira e Controladoria pela Universidade La Salle – Canoas (UNILASALLE, Brasil); Graduada em Relações Internacionais Universidade La Salle – Canoas (UNILASALLE, Brasil) | [lailashams77@gmail.com](mailto:lailashams77@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Especialista em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Jurista graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (PUCRS) e Especialista em Direito de Família e Sucessões pela PUCRS. | [marinagiongo@hotmail.com](mailto:marinagiongo@hotmail.com)



## Resumo

O presente texto discorre sobre os estereótipos e os papéis formais criados na sociedade em relação às mulheres, elementos interconectados com a propriedade de seu corpo e sexualidade. Os espaços urbanos são repletos de mensagens de um imaginário sexual, enquanto que o sexo ainda é visto, tratado e dialogado como um tabu. Sexualiza-se o corpo das mulheres em vitrines, revistas, propagandas ao mesmo tempo em que se tenta restringi-las a uma esfera privada de pureza e domesticidade. O ensaio tem por marco teórico o feminismo a partir de uma abordagem interseccional, respeitando o empirismo das experiências e vivências humanas. Através da revisão de textos feministas que tratam sobre corpo, identidade, sexualidade e espaços urbanos, compreende-se que o feminismo é plural e necessita constantemente desconstruir os significados patriarcais de ser mulher, reconhecendo as diferentes desigualdades e dialogando com as múltiplas resistências que habitam as cidades.

**Palavras-chave:** Feminismos. Espaços de resistência. Corpo. Cidade. Sexualidade. Prostituição.

## Abstract

The present text discusses the stereotypes and formal roles created in society in relation to women interconnected with their body property and sexualization. Urban spaces are replete with reminders of a sexual imaginary, while sex is still seen, treated, and dialogued as taboo. The body of the women is sexualized in shop windows, magazines, advertisements, while at the same time trying to restrict them to a private sphere of purity and domesticity. The essay has as its theoretical framework feminism from an intersectional approach, which seeks to respect the empiricism of human experiences. We will review feminist texts that deal with body, identity, intersectionality, sexuality and urban spaces in order to understand how we could, through feminisms, deconstruct the patriarchal meanings of being a woman, recognizing the different inequalities and dialoguing with the multiple resistances that inhabit the cities.

**Keywords:** Feminisms. Resistance spaces. Body. City. Sexuality. Prostitution.



## 1 INTRODUÇÃO

Mulher, substantivo para ser humano do sexo feminino; uma pessoa adulta do sexo feminino. Ainda conforme o Dicionário Michaelis (2018) “rabo de saia, racha, rachada”, ou o Dicionário Aurélio (2018) “cônjuge ou pessoa do sexo feminino com quem se mantém uma relação sentimental e/ou sexual”. O conceito de mulher envolve principalmente sexo, o de homem, segundo o próprio dicionário da língua portuguesa, é muito maior

mamífero primata, bípede, com capacidade de fala, e que constitui o gênero humano [...] humanidade, gênero humano; cônjuge ou pessoa do sexo masculino com quem se mantém uma relação sentimental e/ou sexual; pessoa do sexo masculino que demonstra força, coragem ou vigor [...] (Dicionário Aurélio Online, 2018).

Ou ainda, em outro dicionário:

A espécie humana; a humanidade; [...] Homem dotado de atributos considerados másculos, como coragem, determinação, força física, vigor sexual etc.; macho; O ser humano do sexo masculino caracterizado por sentimentos, virtudes, limitações etc., atributos compatíveis com sua natureza [...] (Dicionário Michaelis, 2018)

Não é só o espaço dedicado às mulheres que é menor, mas seu significado. Homem está relacionado a outros atributos, e no plural, pode significar humanidade. Homem está associado à força e à coragem. A mulher, em seus outros significados, nos mesmos dicionários, tem vínculo com o “tornar-se” mulher após a primeira menstruação ou a primeira relação sexual:

Adolescente do sexo feminino após sua primeira menstruação, quando passa a ser capaz de conceber, distinguindo-se, assim, da menina [...] Pessoa do sexo feminino, após sua primeira relação sexual [...] Aquela com quem o homem tem relação estável, mas sem vínculo legal; amante, concubina [...] Aquela com quem se tem uma relação romântica ou de caráter meramente sexual; namorada; O ser humano do sexo feminino que apresenta características consideradas próprias do seu sexo, como delicadeza, carinho, sensibilidade etc. [...] (Dicionário Michaelis Online, 2018).

A palavra mulher é tradicionalmente relacionada também com a subordinação a um papel inferior ao homem, a amante, a concubina – fora outras maneiras disponíveis no dicionário para designar, por exemplo, a mulher prostituta. Mas também sublinha a diferença entre as características consideradas próprias para cada sexo: o homem, macho, forte, a mulher, fêmea, sensível. Cabe aqui a célebre frase de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se



mulher” (1949). A partir do momento em que se anuncia no parto ou antes mesmo dele: “é uma menina”, sela-se um destino de mulher, a do ser fraco, delicado, que necessitará a proteção de um homem, e que estará presa no corpo feminino em contraposição e subalternidade ao primeiro sexo, o masculino. Cyfer faz uma análise beauvoiriana de corpo e subjetividade colocando que o primeiro é indissociável da condição de sujeito, uma vez que esse coabita com a condição de objeto complementando-se em um corpo político (2015, p. 74). Essa corporificação seria influenciada e modelada pela natureza e cultura em forma de leis, práticas sociais, normas e tabus de um determinado espaço.

Como esse espaço é historicamente estruturado por uma heteronormatividade branca e elitizada, as mulheres, pluralismo condicionado à interseccionalidade, foram subordinadas a um papel de figurantes, e raramente são descritas como protagonistas. A história, as ciências, linguagens e epistemologias foram construídas por homens. Até mesmo a biologia e como reconhecemos os sexos é vista enquanto uma construção social: o falo, duro, signo de poder; a vagina – lugar úmido, fechado, signo do sagrado, segredo e tabu (BOURDIEU, 2019).

Seriam, portanto, os homens protetores ou opressores? E qual tipo de mulher passível de ser protegida, considerando que pela maior parte da história as mulheres negras e indígenas (e pobres) eram consideradas uma mercadoria, um objeto não digno de “cavalheirismo”? Um exemplo disso está presente no discurso de Sojourner Truth na Women’s Convention, em Akron, Ohio em 1851, no qual ela descreve a realidade das mulheres negras tratadas como meros objetos inanimados, desumanizadas. Sojourner rompe com o discurso que imperava de as mulheres serem seres fracos ao trazer a realidade das mulheres negras que trabalhavam par a par com os homens negros. Se o movimento feminista branco era constantemente descreditado pela delicadeza e fragilidade da mulher, essa não era a realidade das mulheres negras que mesmo após a abolição da escravidão continuaram trabalhando em empregos inferiores, com salários baixos – menores ainda do que os rendimentos das mulheres brancas e pobres que também não pertenciam a essa realidade da fragilidade e carga horária pesada (DAVIS, 2016).

Beauvoir (1949) considerava que no imaginário social a mulher tem um papel fixo, estático, designado e orientado pelo ser masculino e pelos ditames da religião e moral, conjunto caracterizado como o maior entrave para se conseguir mudanças em relação ao posicionamento da mulher na sociedade. Nesse contexto, se utilizado o conceito atual de mulher previsto nos dicionários, pode-se dizer que ainda se tem uma imagem regular e



padronizada do que seria “ser” mulher. Porém, não se pode afirmar que o papel da mulher é fixo, porque não é algo que representa a todas.

Hoje mais do que nunca é necessário repensar a categoria mulher por múltiplas perspectivas: classe, raça, etnia, orientação sexual, geração, entre outras. Uma vez que a posição na qual a mulher se encontra em uma determinada sociedade ou grupo (*locus social*) importa para designar como ela será vista ou tratada, e também, como ela agirá e suas prioridades. Por isso se afirma que “ser mulher” não é igual para todas as mulheres.

A proposta do trabalho é trazer para a superfície perspectivas das múltiplas realidades vividas pelas mulheres, e como seus corpos estão subjetivados na esfera pública – principalmente nas cidades, onde a necessidade de se reestruturar os espaços urbanos para serem mais inclusivos e seguros se faz imediata nas sociedades contemporâneas.

## 2 AS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

O significado de homem e mulher foram construídos socialmente para estipular uma relação de poder do primeiro sobre o segundo. E todas as interações que surgem dessa condição são essencialmente de dominação. Como dispõe Falú (2014, p. 13),

O público e o privado são construções sociais inerentes as perspectivas das pessoas e suas subjetividades. Ambos são espaços de tensão e conflito e, portanto, contêm situações de desigualdade historicamente construídas a partir do que se compreende por ser mulher e ser homem na sociedade (FALÚ, 2014, p. 13, tradução nossa).

O corpo da mulher vinculado tanto a esfera privada como a pública é uma cápsula de controle de sua subjetividade, modelado sob aspectos sexuais, maternais, reprodutivos e de beleza. É através do corpo como objeto e do objeto como corpo, que o homem institucionaliza, na transição para o capitalismo, uma divisão sexual do trabalho, subjugando a mulher a um papel de subalternidade, que necessita de sua tutela. Entretanto, o próprio sistema que se propõe a protegê-las, é o que as corrompe e a violenta em ambas as esferas.

Não obstante, forma-se uma relação ambígua de conflito e cooperação entre a mulher e a cidade, que se perpetua no espaço-tempo através das interações sociais e culturais. Pode-se definir que as mulheres possuem



[...] corpos sociais que interferem e são interferidos, não só pela natureza, mas pela sociedade e contradições que os cerca. Entretanto, isso não significa que somos metade cultura, metade natureza. Isto porque a experiência social de gênero é totalmente instável e não depende necessariamente do sexo, mas como opera a cultura e as relações sociais de uma dada sociedade sobre as identidades de gênero, notadamente na contemporaneidade e nas cidades mais cosmopolitas do mundo (TAVARES, 2017, p. 4).

Existem inúmeros entraves que limitam as mulheres a saírem da esfera privada para participar ativamente na esfera pública. Utilizando da análise de Falú (2014), poderia se colocar que um desses entraves é a violência. São poucas as políticas públicas que priorizam a segurança cidadã das mulheres de forma a enfrentar a raiz do problema – o machismo que ainda prevalece dentro de uma estrutura patriarcal institucionalizada, que as coloca vulneráveis a um crescente número de crimes sexuais nos mais diversos ambientes e circunstâncias, tanto em sua própria casa quanto em seu ambiente de trabalho (FEDERICI, 2019).

Parte de ser cidadã é poder sentir-se segura. A violência sofrida pelas mulheres nas ruas é diferente da sofrida pelos homens, sendo que esses geralmente são os articuladores dos tipos de violência ocorridos em espaços públicos e privados. Porém, as mulheres sofrem violência verbal e psicológica, como assédio moral, assédio sexual em transportes públicos, ruas, empregos, espaços de lazer, de forma bastante permissiva e impune. Não são incomuns os relatos de mulheres próximas a qualquer um/uma de nós sobre abuso sexual em espaços urbanos. A importunação que aparece na forma de “cantadas” – expressão para diminuir o efeito de um assédio sexual verbal a mulher – é a tradução de um fato, culturalmente aceito, de que o corpo da mulher é público. Sabendo desse problema cultural, a maior parte das que se sentem injuriadas não se sentem seguras para responder ou até mesmo denunciar, temendo sofrer novas violências.

É importante identificar e compreender *quem* pensa e produz as leis a que estão subordinadas as mulheres. Nesse processo, permeado pela dominação masculina, usa-se o gênero para relegar tudo o que representa feminino a uma posição social inferior, de submissão, o que é dito como “natural”. Cria-se uma contraposição de elementos representantes do homem viril e da mulher feminina que alicerça a vida em sociedade, o Estado e suas instituições, a rotina diária, o que é considerado normativo por ser natural, ou a própria razão de ser do contrato social (BOURDIEU, 2019). Por conseguinte, a desumanização e objetificação da mulher são pré-requisitos para a desigualdade sexual dentro



de uma estrutura organizada socialmente (MACKINNON, 1991). Corpos que são vistos como objetos, são subjetivados à normatividade falocêntrica, normas e valores patriarcais.

A legitimação de práticas misóginas e machistas através da cultura obstaculiza a construção de uma identidade própria, limitando a papéis hipercharacterizados baseados no binarismo e genericismo. Já se presume como pré-estabelecido pelo sexo biológico o que um indivíduo se tornará, ignorando que a estrutura binária é muito simplista e limitada para o sentir-se ser, para a subjetividade de cada indivíduo (BUTLER, 2015). É somente mulher quem nasce com o aparelho reprodutor feminino? É somente homem quem se sente atraído pela mulher? Tal compreensão sugere que há um sentido bíblico nessa separação entre homem e mulher, vez que a religião ainda hoje é utilizada para justificar e formalizar a concepção de família tradicional, das expectativas sociais que recaem sobre as mulheres e também dos homens. Nesse caso, a moral cristã é usada como argumento para consolidação dos papéis determinados pelo sexo biológico e como este foi contraposto em diferentes pesos e medidas. A sexualidade é ao mesmo tempo reprimida como incentivada a falar-se de, mas limitada a certos espaços não formais (FOUCAULT, 2019a).

Concepções dessa natureza estão presentes no cotidiano, a exemplo das declarações polêmicas do ex-presidente Michel Temer ao diminuir o papel da mulher a esfera privada<sup>3</sup>, ou do atual presidente Jair Bolsonaro ao defender a família tradicional em entrevista divulgada em 2011<sup>4</sup>. Sob o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, lhe foi possível vencer a corrida presidencial<sup>5</sup>. Esse quadro é bastante sintomático, em que o apego a valores tradicionais e conservadores revela uma clara tentativa de reestabelecer o *status quo* de dominância heteronormativa de uma parcela majoritariamente masculina, branca e de classe média, que não admite ver sujeitos tradicionalmente subalternos usufruindo das mesmas oportunidades, vez que esse fato colocaria em risco seus próprios privilégios.

Quando as lutas pela emancipação das mulheres, contra o racismo, pela proteção e acesso aos direitos pelas minorias LGBTQIA+ começam a ganhar espaço, surgem

---

<sup>3</sup> El País Brasil. “Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais”. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097\\_657541.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html). Acesso em: 20 out. 2019.

<sup>4</sup> Revista Época. “Jair Bolsonaro: “Sou preconceituoso, com muito orgulho”. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00-JAIR+BOLSONARO+SOU+PRECONCEITUOSO+COM+MUITO+ORGULHO.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

<sup>5</sup> Revista Forum. “Brasil acima de tudo”: Slogan de Bolsonaro faz referência ao da Alemanha nazista. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/brasil-acima-de-tudo-slogan-de-bolsonaro-faz-referencia-ao-da-alemanha-nazista/>. Acesso em: 22 out. 2019.





movimentos de opressão a esses grupos, muitas vezes, se utilizando de indivíduos do próprio grupo para tentar sua deslegitimação. Muito se falou sobre a decisão de indivíduos LGBTQIA+, negros e mulheres votando a favor de Jair Bolsonaro nas últimas eleições, a despeito de seu posicionamento abertamente racista, homofóbico e misógino. Quando se faz referência a um grupo oprimido, está se falando de seu *locus* social diante de outros grupos. É possível que pessoas pertencentes a certo grupo minoritário podem não ter sentido opressão individual dependendo da sua localização social, mas isso não deve ser utilizado como razão para invalidar a luta daquele grupo. Nesse sentido, Djamila Ribeiro apresenta a teoria do ponto de vista feminista e a importância do *locus* social do indivíduo, e alerta para o fato de que os principais beneficiados dessa tentativa de deslegitimação de lutas sociais são os próprios detentores do poder hegemônico (homens brancos heterossexuais) (RIBEIRO, 2017, p. 69).

Mesmo se tratando de século XXI, ainda persiste uma resistência ao livre acesso e presença das mulheres nos espaços urbanos, uma vez que essa interfere com uma norma pré-estabelecida de dominação e exclusão. Ao mesmo tempo em que é necessário refletir sobre a redefinição dos papéis vinculados ao gênero, também é importante destacar que as desigualdades entre as mulheres não são uniformes. Não é somente o sexismo que determina o papel de cada mulher na sociedade, há mulheres que somam e entrecruzam opressões de raça, classe, etnia, origem, religião, orientação sexual, etc. (HOOKS, 2015). Não basta lutar contra o machismo, é necessário ser antirracista, anticapitalista e abolicionista. Enquanto uma mulher for caçada o objetivo do feminismo não será alcançado. A caça às bruxas não acabou, somente alterou suas preferências de busca, mas em essência o alvo principal da perseguição são mulheres que desafiam o *status quo*, o poder dominante, que deixam a raiva pelo que as oprime à solta, que não se intimidam em levantar a voz ou que colocam em risco a estrutura capitalista e patriarcal (FEDERICI, 2019).

Pergunta-se sobre uma crise democrática, o fim da democracia. Porém, é possível conceber um fim de um sistema que nunca funcionou plenamente? Enquanto o Estado promover ações de perseguição utilizando de sua força legítima para encarcerar na sua maioria mulheres e homens negros, não buscar justiça pelos assassinatos de pessoas transexuais, negras, indígenas, muitos deles cometidos pela própria força policial, é ilusório falar em democracia.





Segundo sustenta Tavares (2017), a ideia de reformular o que é ser mulher, não é criar uma nova identidade única reescrita pelo feminismo: um movimento assim viria somente a substituir um tipo de opressão por outra. Os caminhos que apontam para uma via mais inclusiva e democrática devem possibilitar que cada indivíduo que se reconheça como mulher, possa ter seu corpo e subjetividade respeitados e reconhecidos perante os demais.

### 3 FEMINISMOS E ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

O Movimento Feminista, em suas diversas faces e vertentes, é uma via de fala, uma ferramenta para que as mulheres transmitam suas histórias e interrompam o fluxo de linguagem falocêntrica. Como afirma Tiburi, “desmontar a máquina patriarcal é como desativar um programa de pensamento que orienta o nosso comportamento” (2018, p. 41), força que opera mesmo de forma imperceptível sobre nossa comunicação, história, posicionamento político, cultura e relações sociais.

Ao compreender que existem *feminismos*, múltiplos, plurais, ao invés de um homogêneo e ao mesmo tempo hierarquizado, politiza-se as desigualdades através de um processo dialético, que como aponta Carneiro (2003, p. 119), promove novos sujeitos políticos. É fundamental que se considere a diversidade de resistências para a criação e reformulação das cidades e seus espaços. Como modelo para representação dessas múltiplas coexistências, Tavares (2017, p. 9) sugere um espaço generificado de resistências, que viabilizaria um planejamento urbano de possibilidades:

Este não se caracteriza por determinado lugar. Por isso, não é fixo, uma vez que a primeira dimensão do espaço generificado de resistência reside no corpo das mulheres a partir de suas práticas sociais. No entanto, apesar do espaço generificado de resistência partir do corpo e de suas práticas, é o espaço que suscita práticas generificadas de resistência, diante dos processos de desigualdade, discriminação, exploração, opressão e segregação socioespacial que se especializam e tensionam os seus interesses e suas práticas. (TAVARES, 2017, p. 9).

Os governos, tanto locais, como em nível estadual e federal, deveriam valer-se dessa concepção ao formular políticas públicas, que muitas vezes ao tentar solucionar um problema de desigualdade de gênero, ao ignorar que as demandas são diferentes ao mesmo tempo em que se entrecruzam, acabam beneficiando somente uma parcela das mulheres, resultado que poderia ser otimizado caso fosse observada uma escala de fatores interseccional.



Para pensar em criar espaços urbanos mais inclusivos é importante respeitar e garantir lugares de fala e escuta, não hierarquizar dores e opressões, reconhecendo que o *locus* social de cada mulher importa. Essa perspectiva deve ser considerada por que “[...] o não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferentes, leva a legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser no mundo” (RIBEIRO, 2017, p. 51).

Isso não significa que a luta feminista irá se fragmentar. Pelo contrário: deixará de reproduzir opressões que representem apenas os interesses e demandas de uma parcela de mulheres em detrimento de outras. Por muito tempo, o feminismo foi um movimento de mulheres brancas, da burguesia ocidental, que pautou práticas e discursos colonizadores a mulheres diversas com uma luta que não as representava. Por isso se diz que para a luta se organizar verdadeiramente contra práticas patriarcais, exploração, exclusão e toda forma de discriminação, o feminismo precisa se tornar plural.

#### **4 “SANTAS” E “PUTAS”: ESTEREÓTIPOS, MORALISMOS E DESUMANIZAÇÃO**

Quando se pergunta quem é a mulher considerada “puta” e quem é a mulher caracterizada como “santa” se está invocando os rótulos históricos que atribuem valores distintos a dois seres humanos semelhantes. Na narrativa religiosa cristã, duas personagens representam essas faces ambíguas da mulher: Maria, a santa, e Maria Madalena, a meretriz. É também, a partir de instituições como a igreja/religião, que se molda o dever agir da mulher. Primeiro pertence ao pai, e depois é transferida ao marido, sujeitos a quem deve obediência. Ela deve se dedicar aos cuidados do lar e à criação dos filhos. Sua existência é para reprodução, e sua essência é a maternidade.

Importante ressaltar que a perspectiva feminista não vê Maria Madalena como prostituta, esse é o papel que muitas interpretações da Bíblia a delegaram. Os últimos achados arqueológicos descobertos pela pesquisadora Jennifer Ristine evidenciaram que se perpetuou por muitas gerações uma ideia distorcida do status de Maria Madalena, canonizada santa pela Igreja Católica, em 2016, reconhecendo que a mesma teria sido uma mulher rica e influente na sua região de residência. Essa caracterização de Maria Madalena como meretriz por tanto tempo tem uma razão de ser ligada à questão reprodutiva, laboral e capitalista.



Em Foucault vê-se que a função reprodutiva como fator determinante para o espaço da mulher na sociedade já ocorria na Grécia Antiga, sendo radicalizado com a moral cristã vinculado a um puritanismo e normatividade sexual, atreladas a um sistema de punição e castigo (FOUCAULT, 2019abc). Com os cercamentos de terras na passagem do feudalismo para o sistema capitalista forma-se o papel da bruxa, mulheres na sua maioria sozinhas, que conservavam trabalhos que não seguiam a lógica do capital, que haviam perdido o direito às terras antes comunais, agora privadas e que impunham o risco à norma vigente. O trabalho reprodutivo da mulher é inferiorizado, ao mesmo tempo em que incentivado para continuar alimentando a mão de obra capitalista de produção (FEDERICI, 2017). Todos os trabalhos considerados femininos são desvalorizados, e a prostituição – por estar associada à imagem da mulher independente, sozinha e impura – é marginalizada, elevada ao ostracismo. Dentro desse contexto, a representação de Maria Madalena como uma mulher influente inserida na moral cristã poderia romper com o papel social de reprodução e maternidade delegado às mulheres. Logo, caracterizá-la como meretriz fazia mais sentido, relacionando-a ao ciclo de pecado-castigo-perdão.

A puta, meretriz, megera, prostituta e como novamente o Dicionário evoca, “*a mulher à toa, a mulher da rota, a mulher da rua, a mulher da vida, a mulher da zona*”, etc; é tudo o que a mulher “honrada” não deve ser, independentemente de a mulher ser uma prostituta paga por um homem para lhe prestar serviços sexuais. Entra nessa categorização de *puta* a mulher livre sexualmente, a que não se encaixa nos moldes da mulher mãe e da mulher do lar, a que não se dá o respeito, a mulher vulgar, entre muitas outras expressões costumeiras voltadas a diminuir a mulher que não se conforma com o *marianismo* imposto por homens à sua figura.

O Marianismo é uma ideia estereotipada do ideal de mulher que surge e se instala na maioria dos países de colonização católica, principalmente na América Latina. A mulher deveria ser honrada, digna e casta à imagem da Virgem Maria, concretizando através de uma figura histórica religiosa seu papel na esfera privada (DE SOUZA et al., 2000). Essa representação traz implícita outra expressão do machismo, que no Brasil estaria associada ao conformismo da mulher com seu papel doméstico.

O Brasil sem dúvida é um país de contrastes. Exemplo claro disso é a sexualização indiscriminada da mulher em propagandas de cerveja, ou a superexposição aceitável no Carnaval, ao mesmo tempo em que recrimina a própria mulher objetificada por tal comportamento. A prostituta, termo ainda utilizado para designar as trabalhadoras sexuais, em



uma forma vil de estigmatização, é marginalizada na sociedade como se a sua existência fosse nefasta e pecaminosa. Essa é mais uma caracterização de controle patriarcal sobre a sexualidade e sistema reprodutivo da mulher. Enquanto se classificar as mulheres em santas e putas sem olhar o sistema que se alimenta da exploração configurando opressões não serão criados espaços de resistências que signifiquem uma nova via possível de vida em sociedade.

Pateman argumenta que não há muita diferença entre o matrimônio e a prostituição, a não ser que a prostituta recebe para prestar serviços sexuais ao homem, enquanto que a mulher casada tem essa obrigação estipulada pelo contrato matrimonial (1993). O Estado moderno é fundado sob um contrato sexual, que torna a mulher uma mercadoria, cujo corpo é utilizado pelo homem como território privilegiado de domínio e controle. E com a transição para o capitalismo e divisão sexual do trabalho, as mulheres

“[...] tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos assim como o ar que respiramos e a água que bebemos” (FEDERICI, 2017, p. 191).

Em Pateman e Federici, o problema da objetificação do corpo da mulher toma formas mais delineadas com o contrato sexual, onde as mulheres são excluídas e passam a ser propriedade do homem, bem como seus rendimentos advindos de subempregos. Nesse contexto, a prostituta é a mulher “da vida”, que apesar de não pertencer diretamente a um homem, serve a muitos e geralmente é controlada por um cafetão ou cafetina, que seguindo a hierarquia de poder, também poderia depender da prestação de serviços a governantes, comerciantes e homens influentes para sustentação de seu negócio. A lógica capitalista de dependência impossibilita a ascensão econômica da maioria fazendo com que se sobreviva explorando outros. Na base da pirâmide encontram-se aqueles que apenas sobrevivem. A leitura errônea que se faz desse cenário é pensar que a prostituta teria escolha melhor do que vender seu corpo, e que na verdade, ela estaria atuando por amor ao sexo e a vida lasciva. A romantização ou julgamento indiscriminado como exploração sexual da atividade de prostituição é improdutivo em relação a melhorias nas vidas das trabalhadoras sexuais (WEITZER, 2010; JUNO, SMITH, 2018).

Ao dizer que corpo da prostituta é o “refúgio do homem” para fazer aquilo que não é considerado honrado em fazer com sua esposa, cujo corpo estaria reservado apenas para fins reprodutivos, cria-se um estereótipo que permeia a discussão sobre o trabalho sexual nos dias



atuais. Ignora-se que a prostituta é uma trabalhadora que vende um serviço e deve receber pelo mesmo e, portanto, deve ter direitos trabalhistas respeitados como em qualquer outra atividade laboral.

Em todo o curso da história – recontada aos poucos pelas mulheres – houveram tentativas de controle e dominação do corpo da mulher. Esse domínio se apresenta nas mais diversas formas, através do contrato sexual, divisão sexual do trabalho, caça às bruxas, e atualmente ainda presente nos julgamentos morais em determinar um papel subalterno ou omissivo da mulher, ou ainda como visto, caracterizando estas como as “putas” indignas de fazer parte da sociedade. Isso reverbera nas expressões artísticas, nos símbolos, na literatura clássica e também moderna, onde a mulher é muitas vezes retratada enquanto um ser a quem não se deve dar confiança, fofoqueira, que provoca intriga e fomenta a discórdia:

As mulheres eram acusadas de ser pouco razoáveis, vaidosas, selvagens, esbanjadoras. A língua feminina era especialmente culpável, considerada um instrumento de insubordinação. Porém, a principal vilã era a esposa desobediente, que, ao lado da “desbocada”, da “bruxa” e da “puta”, era o alvo favorito de dramaturgos, escritores populares e moralistas (FEDERICI, 2017, p. 202).

Virginia Woolf foi uma das importantes escritoras mulheres que ocupou-se em denunciar a opressão sexista sofrida pelas mulheres e também a trazer a questão da homossexualidade em seus livros, principalmente em *A Room of One's Own* (1928) e *Orlando* (1929), incentivando que uma geração de mulheres escrevesse suas próprias histórias.

O esforço no sentido de desestruturar a dominação sexual do corpo da mulher deve orientar-se de modo a desconstruir os significados envolvendo a dicotomia entre “a santa” e “a puta”, estancando um processo que reproduz estereótipos e estigmatiza mulheres, até mesmo pelas próprias mulheres ao classificar e julgar umas às outras. É recriar a linguagem, a forma como o ser humano se comunica, de modo a reescrever a história de luta das diversas mulheres, rompendo também com um feminismo eurocêntrico ou norte-americano.

Ainda que não se concorde com o trabalho sexual, vendo-o como um outro modo de exploração patriarcal, as prostitutas/trabalhadoras sexuais devem ter sua integridade, dignidade e espaço político de fala respeitados. O trabalho sexual tem raízes profundas nas desigualdades sociais que atingem principalmente aquelas mulheres mais empobrecidas e



marginalizadas, que habitam a periferia das cidades. Esse tipo de trabalho somente terá fim quando as oportunidades econômicas forem acessíveis a todas as mulheres.

Tentar combater a prostituição apenas criminalizando os serviços sexuais, além de não acabar com sua prática, continuará fomentando-a a existir à margem do sistema. Não conceder o devido tratamento às reais causas do problema, apenas utilizando-se de medidas paliativas como essa, podem vir a transformar-se em formas outras de dominação e controle do que é considerado moralmente certo e errado, ocasionando consequências drásticas para as mulheres que prestam esse serviço – como falta de acesso à segurança e serviços de saúde.

Em relato pessoal, Prada diz

“Nesses anos todos, não conheci nenhuma prostituta que exercesse o trabalho sexual por algum tipo de vocação. Os motivos geralmente são necessidade financeira, aliada com frequência à curiosidade e à praticidade de um trabalho que não exige formação e remunera relativamente bem” (2018, p. 42).

e ainda

“Quando começo a conhecer e a pensar sobre as leis vigentes que tratam de prostituição, logo percebo nelas uma função bastante óbvia: isolar socialmente a mulher que exerce ou é suspeita de exercer o trabalho sexual. Essas leis não protegem essa mulher. Pelo contrário, é muito fácil usá-las contra as prostitutas, e mesmo contra mulheres que não exercem a atividade. Isso pode ser percebido mais claramente em países onde a prostituição é crime: em quase todos, portar preservativos pode ser considerado evidência de prostituição. E para que uma mulher seja suspeita de prostituição basta que se vista de determinado modo (qual?), caminhe por certas ruas, more em determinados bairros” (2018, p. 56).

Enquanto as leis forem feitas por homens para que eles possam ter acesso livre e monetizado ao corpo da mulher, e julgar a partir de sua moralidade masculina o que é um comportamento correto ou errado, todas estarão sujeitas à uma classificação estereotipada em “santas” e “putas”. Quando a libertação sexual põe em risco a heteronormatividade, se observa o patriarcado manifestar-se investido de poder legítimo estatal. Para romper com esse poder é urgente que se percebam as diferenças, afinal o “feminismo é um espaço-tempo, no qual habitam a multiplicidade dos corpos em relação não-violenta” (TIBURI, 2018, p.45).

Julgar de modo superficial as trabalhadoras sexuais segundo um critério de moralidade, além de violento, é contraproducente. Uma agenda democrática e feminista se conquista com a construção coletiva de espaços urbanos inclusivos para todas as mulheres, criando oportunidades econômicas e educacionais que contemplem as necessidades de cada grupo socialmente oprimido e marginalizado. Faz parte desse processo pressionar os governos



por mudanças nas leis e políticas que dificultam o pleno usufruto das pessoas à esfera pública, não diminuindo vivências ou experiências, mas reconhecendo que há diversas formas de resistência e que essas, por sua vez não fragmentam o feminismo, mas o fortalecem, em uma via que busca desconstruir tabus, ressignificando os corpos e as sexualidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até muito pouco tempo acreditava-se que a mulher só assumia uma posição social ao contrair matrimônio, situação a qual lhe garantia estabilidade econômica, mas não uma voz política, reduzindo-a a um papel submisso (SAFFIOTI, 1979). A divisão sexual do trabalho acabou por hierarquizar ainda mais essa posição de subalternidade, estipulando que o trabalho feito pelo homem (produtivo) vale mais o que o feito pela mulher (reprodutivo) (HIRATA, 2017, p.599). Por sua vez, “a prestação do “trabalho doméstico” faz parte do significado patriarcal da feminilidade, do que é ser mulher” (PATEMAN, 1993, p.188), e mesmo quando a mulher trabalhava fora de casa, seu salário era considerado complementar ao do marido, sendo pago diretamente a este na maioria dos casos.

Apesar das mulheres estarem presentes nas cidades desde a era medieval em busca de melhores oportunidades econômicas, trabalhando em várias áreas, elas sempre foram repreendidas por tal atitude (FEDERICI, 2017, p.60). Desta forma, os espaços urbanos onde aconteciam as principais atividades laborais foram estruturados de forma a recepcionar os homens e suas necessidades. Porém, a situação começou a mudar quando as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens ao longo das duas guerras mundiais, recusando-se a voltar para seus papéis subalternos após o encerramento formal dos conflitos.

A luta pelos direitos civis nunca se deu de maneira fácil. A violência das cidades foi utilizada como subterfúgio para manter as mulheres em casa, sendo que essa violência era cometida pelos próprios homens que pregavam proteção e pelo Estado. A cidade é um espaço de experiências diversas, no entanto, ainda é um espaço que segrega e marginaliza as mulheres. Ao mesmo tempo em que as mulheres vivem e fazem parte da cidade, elas são limitadas a espaços determinados, seja por uma ordem costumeira ou por falta de segurança. Espaço planejado por e para homens, a cidade ignora as necessidades da multiplicidade de mulheres que a habitam, intensificando desigualdades sociais.





Para combater essas desigualdades, constata-se que é necessário um estudo de reconhecimento das diferentes resistências, de não hierarquizar opressões, da importância de se levar em consideração fatores como gênero, classe, raça/etnia, religião, idade, orientação sexual, entre outros, para assim viabilizar espaços que dialoguem com as demandas específicas de cada grupo. A simples substituição/sobreposição das bases patriarcais que constituem os espaços urbanos por outros alicerces universalizantes que também reproduzem outras opressões – como foi visto com o dilema enfrentado pelas trabalhadoras sexuais – é mais uma violação aos grupos marginalizados.

Os Feminismos emergem como movimentos de contracultura, pois dizem sobre reconhecer as diferenças e lutar por equidade para que toda pessoa seja representada, e tenha seus direitos humanos respeitados e garantidos. Se o objetivo visa a superação de identidades modeladas a partir da heteronormatividade, de modo a acabar com os estigmas que são impostos, é necessário que a luta contemple a todas. Ter a consciência de que os problemas de uma, por mais que não pareça prioritário para outra, é tão importante para o movimento feminista como acabar com o próprio sexismo. Nos feminismos todas as lutas se conectam, e todas as formas de resistência são fundamentais.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone De. **O Segundo Sexo: Volume Único**. 1 ed. Brasil: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: A condição Feminina e a Violência Simbólica**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, 17 (49), p. 117-132, 2003.

CYFER, Ingrid. Afinal, O que é uma Mulher? Simone De Beauvoir e “A Questão do Sujeito” na Teoria Crítica Feminista. **Lua Nova**. São Paulo, 93: 329-341, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.



DE SOUZA, E. et al. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre: vol.13 n.3, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000300016>> Acesso em: 12 jan. 2019.

FALÚ, Ana. El Derecho de Las Mujeres a la Ciudad. Espacios Públicos sin Discriminaciones y Violencias. **Revista Vivienda y Ciudad**. ISSN 2422-670X, Vol. , p. 10-28, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas: Da Idade Média aos Dias Atuais**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 8 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019a. Coleção Biblioteca de Filosofia.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b. Coleção Biblioteca de Filosofia.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si**. 5 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019c. Coleção Biblioteca de Filosofia.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595 – 609, set./dez. 2007.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: Moldando a Teoria Feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro/abril de 2015, pp. 193-210. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>

JUNO, M. SMITH, M. **Revolting Prostitutes: The Fight for Sex Workers' Rights**. London: Verso, 2018.

MACKINNON, Catharine A. **Toward a feminist theory of the state**. Reprint Edition. Massachusetts, EUA: Harvard University Press, 1991.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. 1 ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta (Coleção Baderna), 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala? Feminismos Plurais**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979, pp. 134-186.

TAVARES, R. B. Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. **XVII ENANPUR**. Sessão Temática 10: Perspectivas para o Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2017.



TIBURI, Marcia. **Feminismo em Comum: Para todas, todes e todos.** 7 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

WEITZER, Ronald (Ed). **Sex for Sale: Prostitution, Pornography and The Sex Industry.** 2 ed. New York: Routledge, 2010.

WOOLF, Virginia. **Selected Works of Virginia Woolf.** Londres: Wordsworth Editions Limited, 2005.